

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA NA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

TRAJECTORY OF PHYSICAL EDUCATION ADAPTED AT THE FUNDAÇÃO CATARINENSE OF SPECIAL EDUCATION

Cesar Augusto Fritz Bueno

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Angélica Cristiane Ovando

Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Araranguá

Resumo

O estado de Santa Catarina conta com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), que, desde maio de 1968, é responsável por definir e coordenar as políticas de Educação Especial no estado. A instituição beneficia milhares de pessoas em todo o estado que, para serem incluídas, dependem das políticas públicas para que tenham qualidade de vida e possam participar da vida em sociedade. A instituição apresenta 10 Centros de Atendimento Especializado, sendo o Centro de Educação Física um deles. A Educação Física Adaptada (EFA) se apresenta como uma função importante, tanto para o desenvolvimento motor, quanto para o desenvolvimento intelectual, social e afetivo dos alunos com deficiência. O presente trabalho teve como objetivo analisar a trajetória dos atendimentos de EFA na FCEE, realizados desde o período de entrada do profissional entrevistado na instituição até os dias atuais. Este trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa e foi elaborado a partir de entrevista semiestruturada com sete questões com um professor que trabalha na instituição desde o ano de 1982. A entrevista permitiu verificar que a trajetória da EFA na FCEE caracteriza-se por momentos bem distintos, contemplando vertente educacional e preparação para o trabalho, esportiva e, finalmente, voltada para a saúde e qualidade de vida. Conclui-se que EFA na FCEE modificou-se no decorrer dos últimos 35 anos para se adequar às necessidades de cada época, desde o período onde as pessoas com deficiência eram acolhidas por instituições, até o período da inclusão escolar, preparo para mercado de trabalho e foco na saúde.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Física. Aluno com Deficiência. Experiência de Trabalho.

Abstract

The State of Santa Catarina has the Catarinense Foundation for Special Education (FCEE), which, since May 1968, has been responsible for defining and coordinating Special Education policies in the state. The institution benefits thousands of people throughout the state who, to be included, depend on public policies to have quality of life and to participate in life in society. The institution has 10 Specialized Care Centers, and the Physical Education Center is one of them. Adapted Physical Education (AFE) is an important function both for motor development and for the intellectual, social and affective development of students with disabilities. The objective of this study was to describe the trajectory of AFE care at FCEE, carried out from the time of entry of the professional interviewed at the institution to the present day. This work is characterized by being a qualitative research and was elaborated from a semistructured interview with seven questions with a teacher who works in the institution since 1982. The interview allowed to verify that the trajectory of the AFE in the FCEE is characterized by very

different moments, contemplating educational and preparation for work, sports and, finally, focused on health and quality of life. It is concluded that AFE in FCEE has changed over the last 35 years to suit the needs of each era, from the period when people with disabilities were accepted by institutions, until the period of school inclusion, preparation for the labor market and focus on health.

Keywords: Special Education. Physical Education. Student with Disability. Work experience.

1 Introdução

No Brasil, pode-se dizer que educação especial iniciou no século XIX, movida por experiências europeias e norte-americanas, quando alguns brasileiros criaram serviços para organizar e implementar ações isoladas e particulares, tendo em vista o atendimento às pessoas com alguma deficiência – física, mental ou sensorial. Um século, aproximadamente, teve que passar para que a Educação Especial pudesse ser integrante do sistema educacional, apesar das iniciativas que não estavam integradas às políticas públicas de Educação. Essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de “educação dos excepcionais”, no início dos anos 60 (MAZZOTTA, 1996).

Em 1957, a administração pública assumiu a Educação Especial, por meio da criação das “Campanhas”, com o objetivo de atender a todos os tipos de deficiências. Ainda no mesmo ano, foi estabelecida a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, com a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Posteriormente, foram instituídas campanhas semelhantes para garantir atendimento a outras deficiências (MENDES, 2010).

Em Santa Catarina as primeiras ideias sobre educação especial foram estruturadas após a visita, em 1954, de um técnico em educação do Ministério da Educação e Cultura que veio ao estado para a divulgação do INES. O atendimento ao público da educação especial começou oficialmente apenas em 1957, mediante o funcionamento de uma classe especial para crianças com deficiência no Grupo Escolar Dias Velho, denominado futuramente por Grupo Escolar Barreiros Filho (SANTA CATARINA, 2009).

No ano de 1961, foi criada a Divisão de Ensino Especial da Secretaria de Educação responsável pela coordenação do atendimento a pessoas com deficiência visual e a audiocomunicação e, no ano de 1963, o Governo do estado dispôs que o funcionamento dos serviços de educação especial seria em parceria com a iniciativa privada. A contrapartida do estado seria o fornecimento dos serviços e a concessão de professores (SANTA CATARINA, 2009). Com o aumento da oferta de serviços de Educação Especial em Santa Catarina, tornou-se necessário o estabelecimento de uma instituição pública que determinasse as orientações para a Educação Especial em âmbito estadual, para viabilizar a capacitação de recursos humanos e a realização de estudos

e pesquisas ligadas à prevenção, assistência e integração das pessoas com deficiência (PCD). Assim, para alcançar esses propósitos, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) foi instituída em maio de 1968 (SANTA CATARINA, 2009).

A FCEE dispõe de dez Centros de Atendimento Especializado (CAE), onde são realizados atendimentos, discussões, estudos e pesquisas em suas respectivas áreas de atuação. Os CAE são frequentados por PCD (visual, auditiva, intelectual, física e múltipla), transtorno do déficit de atenção/hiperatividade, transtorno do espectro autista, e altas habilidades/superdotação. Um dos CAE da instituição é o CEDUF – Centro de Educação Física. Esse tem por objetivo produzir conhecimento, capacitar profissionais, assessorar os serviços de Educação Especial na área da Educação Física Escolar, Prática Esportiva e Atividade Física e Saúde, bem como acompanhar os usuários atendidos dentro da FCEE, por meio de interface com as políticas públicas de Educação e Saúde (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018).

A Educação Física (EF) é uma ferramenta importante para o desenvolvimento global – motor, intelectual, social e afetivo – dos alunos, inclusive para os que possuem algum tipo de deficiência. A Educação Física Adaptada (EFA) é uma área de conhecimento da EF que aborda as dificuldades biopsicossociais da população tida como de baixo rendimento motor, intelectual e sensorial: pessoas que possuem algum tipo de deficiência, seja na parte física, sensorial (visual e auditiva), intelectual e ainda pessoas com deficiências múltiplas (SILVA, 2012).

A EF tem por característica incluir todas as pessoas por meio das mais variadas abordagens pedagógicas existentes que, na medida em que são utilizadas com sistematização e estrutura adequadas, possibilitam que o aluno com deficiência compreenda seus limites e capacidades. Por meio da EFA, com sua variedade de conteúdos disponíveis, o aluno com deficiência pode melhorar a percepção corporal e o desempenho nas atividades, conquistando autonomia e qualidade de vida (NACIF, 2016).

Considerando o valor da EFA para o desenvolvimento global de PCD, bem como a importante missão da FCEE no atendimento a esse público, surgiu o interesse em conhecer como se deu a inserção bem como a evolução da EFA na FCEE. Assim, este trabalho teve a finalidade de analisar a trajetória dos atendimentos de EFA na FCEE por meio de entrevista semiestruturada com um dos professores de Educação Física mais antigos atuante na instituição.

2 Método

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, elaborada a partir de uma entrevista semiestruturada composta por questões que auxiliaram na descrição da trajetória do serviço de EFA na FCEE. O entrevistador foi o autor do artigo, o qual também trabalhava na instituição na data da coleta (2017). A entrevista foi realizada na instituição, teve duração de cerca de 30 minutos, foi gravada e, posteriormente, transcrita na íntegra. O entrevistado foi um professor de Educação Física atuante na FCCE desde 1982, que atualmente coordena o serviço de Educação Física da Instituição. Este foi escolhido por ser hoje o profissional mais antigo da Educação Física em exercício na instituição, o qual trabalhou na FCCE desde a época do seu curso de graduação. O entrevistado assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, sendo o estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CAAE: 70143617.3.0000.0121).

3 Resultados

A seguir estão descritas as perguntas e respostas da entrevista semiestruturada.

Pergunta 1: Em que ano você começou a trabalhar na FCEE?

R: 1982. Era acadêmico de EF, mas atendia como estagiário de Fisioterapia, porque não havia curso de fisioterapia na época. A instituição utilizava os estagiários de EF como auxiliares de Fisioterapia.

Pergunta 2: Qual era o público alvo? Que faixa etária? Como era a divisão das turmas (por deficiência ou por idade)?

R: Atendíamos pessoas com deficiência intelectual (DI), de 7 a 14 anos, infância e adolescência no CENAP (Centro de Ensino e Aprendizagem). Antigamente começou como Centro de Desenvolvimento Humano (CDH) 2 - Deficiência Intelectual. A FCEE era estruturada por centros e todos os centros tinham Educação Física, o CDH1 para surdos, CDH3 – hoje CENET (Centro de educação e trabalho), inclusive o Centro de Educação Infantil. Então havia atendimento para pessoas com deficiência auditiva, visual, intelectual, preparação para o trabalho e para a educação infantil, que começou na prainha e veio para FCEE em 1984. A única deficiência não atendida de forma estruturada era a deficiência física (DF). Na educação infantil os atendimentos eram feitos para crianças sem deficiência incluídas com as com deficiência. A divisão era por idade e pela função cognitiva. No CDH2 havia o Serviço Educacional, como se fosse a educação básica, e o serviço para dependentes, para o público menos funcional.

Em relação à adaptação de materiais e espaços, não havia adaptação de local, atendíamos em sala de aula normal, os materiais eram adaptados pelos próprios

professores, não havia materiais adaptados específicos para o público atendido na época. Trabalhávamos muito com a questão psicomotora, tínhamos rampas, escadas, colchões etc.

Pergunta 3. Houve alguma preparação para atender esse público na sua graduação? Havia formação continuada?

R: Na época não se falava na inclusão da PCD dentro da Educação Física. Não havia disciplina na universidade que preparasse para o atendimento à PCD. Havia cursos externos, como por exemplo, o curso do Professor Wilson Bagatini, do Rio Grande do Sul (...). A FCEE oferecia cursos na área da deficiência para entender a DI, DF, síndromes, mas não na área específica da Educação Física. Fazíamos cursos de psicomotricidade, e tentávamos adaptar para a Educação Física com PCD.

Pergunta 4. Como era o acesso à informação sobre a deficiência? Havia material didático disponível?

R: Para quem estava dentro da FCEE havia material farto, respirava-se deficiência o tempo todo. A instituição tinha um aspecto mais clínico, com médicos, psicólogos, neurologistas, psiquiatras, e esses profissionais atuavam e interagem diretamente conosco. Como tinha o atendimento clínico, a questão da deficiência era tratada também como uma questão clínica e não só educacional. Então acabávamos tendo conhecimento também nessas áreas. Por exemplo, conversava-se com neuropediatra para entender um pouco da questão neurológica dessas crianças, conversava-se com o neurologista que passava informações sobre síndromes, como se processava o cérebro de uma pessoa com as mais variadas deficiências. Tínhamos um acesso mais direto, não era um acesso muito por literatura, era mais pela experiência, pela vivência cotidiana.

Pergunta 5. Quais tipos de atendimento de EF eram oferecidos pela Instituição? Havia alguma forma estruturada de atendimento? E quais são atualmente?

R: Atendimento na área do esporte, até por causa do público, já que até 1986-87, eram atendidas muitas pessoas com deficiência intelectual leve e com a questão do início da inclusão, da educação integrada, esse público foi para as escolas regulares. Quando veio a questão da matrícula para todos, o público da FCEE ficou mais restrito, com alunos com DI moderada e severa. Até então, com o atendimento às pessoas com DI leve, havia mais perspectiva na área do esporte, por exemplo, com equipes que competiam em nível nacional e internacional.

Havia os treinamentos esportivos realizados em determinados horários e dias, programa de iniciação esportiva indo para a pista de atletismo da Marinha (no bairro Estreito, Florianópolis) para trabalhos específicos nas modalidades de atletismo, tinha essa abertura. O que mudou nos atendimentos foi a questão do foco. Como o público que continua na FCEE está em processo de envelhecimento, com mais restrições de

mobilidade, muitos com deficiência múltipla, a EF hoje acaba sendo mais voltada para a saúde, para a melhoria da qualidade de vida do que para o esporte e a educação, e essa mudança se torna necessária porque a abordagem somente educacional não dá mais conta de todo o processo, especialmente se pensarmos no público mais restrito atendido dentro da FCEE e não pelo público que é atendido fora da instituição, com as assessorias e capacitações.

Pergunta 6. Onde eram realizados estes atendimentos de EF?

R: Os atendimentos eram realizados em sala específica, demonstrando o respeito da instituição pela EF. A visão da educação era essa, a EF, Artes, tinham que ter seus espaços estruturados, que muitas vezes não tinham nas escolas regulares, sem quadra, sem ginásio, por exemplo. Essa era uma preocupação da instituição. Todos os centros tinham uma sala específica. Havia um espaço que foi se transformando em quadra descoberta, coberta e atualmente é um ginásio. A FCEE sempre se preocupou em oferecer novos espaços, como a academia ao ar livre e hoje a academia mais estruturada com aparelhos de musculação, esteiras, além do campo atlético.

Pergunta 7. Houve mudanças no processo de atendimento/atuação ao longo dos anos? Se sim, quais foram as principais mudanças nesse processo?

R: Quando se fala em atendimento mais educacional, é porque antes havia a perspectiva educacional, preparando os alunos para a inserção nas escolas regulares. Hoje, muito do público que permanece em atendimento dentro da FCEE não tem mais a perspectiva de sair da instituição, a não ser alguns que podem sair para o mercado de trabalho. Muitos são adultos em processo de envelhecimento que apresentam DI de moderada a grave e por isso que hoje o foco é maior na área da saúde e qualidade de vida. Trabalhamos com os alunos sempre com um plano de atendimento individual, respeitando as características de cada um. Os alunos em preparação para o mercado de trabalho saem da instituição praticamente adultos, e espera-se que tenham uma vida mais autônoma.

Os objetivos dos atendimentos mudaram, muitas das atividades também, como a inclusão da academia para trabalhar aspectos de manutenção e melhorias da função física global, prevenção de comorbidades cardiovasculares, atividades voltadas para promoção da saúde e melhora da qualidade de vida. Algumas atividades continuam sendo realizadas, porém com objetivos diferentes. Por exemplo, antes se trabalhava a psicomotricidade para desenvolver alguns aspectos motores e emocionais do indivíduo, hoje se trabalha com a psicomotricidade com um público em envelhecimento para manter o que eles adquiriram.

4 Discussão

De acordo com o site institucional, atualmente o atendimento prestado pelo CEDUF apresenta as seguintes interfaces: o Serviço de Educação Física Escolar, que apresenta a perspectiva da inclusão dos alunos da educação especial na disciplina de EF por meio de assessorias e capacitações; o Serviço de Atividade Física e Saúde, que atende os usuários dos outros Centros de Atendimento Especializado da FCEE, desenvolvendo ações de atividade física e ginástica laboral, baseadas em um plano de atendimento individual; e a prática Esportiva, que realiza atividades de iniciação e treinamento esportivo, práticas corporais, ginástica e musculação com o propósito de inclusão da PCD na sociedade por meio da prática esportiva (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018).

Através dos relatos do professor, é possível perceber que na trajetória da EFA na FCEE houve momentos bem distintos. A preocupação, num primeiro momento, era a questão clínica dos atendimentos em um processo reabilitatório, sendo o profissional de EF uma figura importante nesse processo, pois supria a necessidade de outro profissional inexistente na época.

Com a resposta da questão três, nota-se que a falta de preparação durante a graduação não foi um empecilho para que os atendimentos acontecessem, devido à procura por cursos específicos de EF ofertados fora da Universidade e os cursos com temas relacionados às deficiências ofertados pela FCEE, bem como o intercâmbio entre as especialidades existentes na instituição na época. Essa fala vai ao encontro do que é reportado na literatura em relação à formação dos profissionais de EF e a EFA. De acordo com Silva (2012), mesmo antes das universidades oferecerem disciplinas curriculares que fossem específicas sobre deficiência e educação especial, o trabalho de profissionais e professores de EF com esse público já acontecia, especialmente em instituições especializadas, mesmo na vigência de algumas limitações em função da carência de embasamento teórico e filosófico, pois ainda não havia a produção de conhecimento teórico na área. Fiorini e Manzini (2016) ressaltam a importância da busca pela informação com formação continuada para o atendimento na EFA, preparando o professor para atender às necessidades, além de auxiliar na minimização das dificuldades e valorizar ações de sucesso, que devem ser disseminadas e compartilhadas.

A literatura coloca que para que haja engajamento dos alunos nas atividades da EFA são necessários, dentre outros quesitos importantes, espaços adaptados e adequados para que alunos com deficiência possam participar das aulas e atividades esportivas (AGUIAR; DUARTE, 2005). Determinadas variáveis no ambiente podem influenciar diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem de PCD (MUNSTER, 2013). A entrevista possibilitou observar a valorização e o respeito da FCEE com a EF pelas melhorias em seus locais de atendimento, sempre buscando oferecer espaços mais adequados para as atividades.

Com relação ao foco dos atendimentos dentro da instituição, é possível perceber pela fala do professor que com o processo de inclusão escolar, muitos alunos com DI mais funcionais passaram a frequentar a escola regular. Além disso, houve a inclusão das PCD com idade para no mercado de trabalho, este que exige autonomia e responsabilidade. Mudanças positivas ocorreram e vem ocorrendo em relação às atitudes com as PCD, e também no modo como a sociedade pensa a respeito da inclusão. No Brasil, conforme Kassar (2011), o atendimento educacional direcionado às PCD foi construído em separado da educação oferecida à população que não apresentava “diferenças”. Instituições como a FCEE e os seus profissionais nos centros de atendimento vem se preocupando com o tema inclusão e se moldando para atingir seus objetivos, visto que houve mudança na idade e nas características das PCD atendidas pela instituição.

Com relação à prática de esportes, houve algumas mudanças no foco esportivo, devido à inclusão das pessoas com DI leve nas escolas e no mercado de trabalho, reduzindo assim o número de praticantes com potencial para participarem de competições esportivas. Isto vem ocorrendo devido à conquista de espaço das PCD baseadas nas leis que asseguram o direito de acesso ao mercado de trabalho e uma construção histórica de práticas de profissionalização e inserção no trabalho (ARAUJO; SCHMIDT, 2006).

A partir dos anos 1990, o conceito de integração escolar para todos cede espaço à inclusão (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016). Como vimos na entrevista, um dos motivos da mudança de foco da EF na FCEE para o atendimento voltado à saúde e qualidade de vida dos atendidos foi em virtude da inclusão. Com essa mudança pôde-se perceber que esse novo conceito que pretende garantir que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades, todavia, adaptadas para atender às diferenças individuais, está sendo posto em prática. Assim, instituições como a FCEE voltam seu atendimento interno para aquelas pessoas com deficiência intelectual moderada a grave, com baixo desempenho funcional, muitas em processo de envelhecimento. Deste modo, a EF no âmbito institucional viu a necessidade de moldar-se a esse novo público, onde o atendimento passou a priorizar a promoção da saúde e a qualidade de vida da PCD. Considerando que o a população com deficiência está vivendo mais (BRASIL, 2010), todos os esforços devem ser realizados no sentido de melhorar a qualidade de vida dessa população.

A fala do professor entrevistado deixa claro que o trabalho da EF está evoluindo juntamente com a Educação Especial. A partir de atividades que variaram entre exercícios terapêuticos, reabilitatórios e recreação, até a função de preparação para a vida e promoção da saúde, esta face da EF, chamada de EFA, busca, sobretudo, a inclusão e participação social das PCD. Além disso, o atual plano de atendimento individualizado relatado mostra a preocupação da EFA com o respeito às características de cada aluno. De acordo com Fiorini e Mancini (2018), estratégias de sucesso na EFA para populações

especiais incluem ações cujo foco esteja voltado ao ensino, alcance a funcionalidade do aluno e respeite as particularidades, necessidades e as potencialidades individuais.

Mesmo que muitos professores de EF atuantes nas escolas não tenham recebido em sua formação conteúdos relacionados com a EFA ou com o tema inclusão, tendo assim que adaptar seus métodos de ensino e materiais com o aumento do número de PCD nas aulas, esse tipo de atendimento está ganhando espaço e se fortalecendo, e os cursos superiores de formação vêm se moldando para oferecer informações e metodologias adequadas para o atendimento às PCD.

5 Conclusão

A intenção com este trabalho foi conhecer a trajetória da EFA na FCEE e o que se encontrou foi relevante ao considerarmos a evolução desse profissional no seu papel de educação inclusiva. Conclui-se que EFA na FCEE modificou-se no decorrer dos 35 anos para se adequar às necessidades de cada época, desde o período onde as pessoas com deficiência eram acolhidas por instituições até o período da inclusão escolar e preparo para mercado de trabalho, momento no qual o foco da EFA passou a priorizar ações voltadas à saúde e qualidade de vida dos alunos. Sabe-se que ainda se tem um longo caminho a trilhar para o fortalecimento da inclusão e da EFA, porém observa-se que o profissional de educação física vem se aprimorando para atender a esta demanda.

Referências

- AGUIAR, J.S.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.11, n.2, p.223-240, 2005.
- ARAÚJO, J.P.; SCHMIDT, A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.12, n.2, p.241-254, 2006.
- BRASIL, IBGE. *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 20 maio 2018.
- FIORINI, M.L.S.; MANZINI, E.J. Dificuldades e sucessos de professores de educação física em relação à inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.22, n.1, p.49-64, 2016.
- FIORINI, M.L.S.; MANZINI, E.J. Estratégias de professores de educação física para promover a participação de alunos com deficiência auditiva nas aulas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v.24, n.2, p.183-198, 2018.
- FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Centro de Educação Física*. Disponível em: <<http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/centros-de-atendimento/ceduf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- KASSAR, M.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista, Curitiba: UFPR*, n.41, p.61-79, 2011.

- NACIF, et al. Educação física escolar: percepções do aluno com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.22, n.1, p.111-124, 2016.
- MAZZOTTA, M.J.S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MAZZOTTA, M.J.S. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, v.22, n.57, p.93-109, 2010.
- MUNSTER, M.A.V. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: adaptações curriculares e metodológicas. *Revista da Sobama*, Marília, v.14, n.2, p.27-34, 2013.
- SANTA CATARINA (Estado). *Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina*. São José: FCEE, 2009. 52 p. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/16997-educacao-especial>>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- SILVA, C. *A Educação física adaptada: implicações curriculares e formação profissional*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- TAVARES, L.M.F.L.; SANTOS, L.M.M.; FREITAS, M.N.C. A Educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.22, n.4, p.527-542, 2016.

Nota sobre os autores

Cesar Augusto Fritz Bueno: Professor de Educação Física na Fundação Catarinense de Educação Especial e Prefeitura Municipal de São José. Pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. São José, SC. chinacapu@gmail.com

Angélica Cristiane Ovando: Professora do Departamento de Ciências da Saúde e Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Araranguá. Araranguá, SC. angelica.cristiane@ufsc.br

Recebido em: 03/09/2018

Aceito em: 15/12/2018